

# PROPONDO PRÁTICAS DE ENSINO DE LINGUAGEM ORAL E ESCRITA PARA CRIANÇAS INDÍGENAS\*

## PROPOSING ORAL AND WRITING LANGUAGE TEACHING PRACTICES FOR INDIGENOUS CHILDREN

Simara de Sousa Muniz 1  
Francisco Edviges Albuquerque 2  
Severina Alves de Almeida 3

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo apresentar uma proposta de ensino de linguagem oral e escrita para alunos do primeiro ano do Ensino Fundamental de uma escola indígena em que as crianças só aprendem o português ao ingressar na escola. Para fundamentar a proposta, nos valem dos estudos de Albuquerque no conjunto de sua bibliografia. Além desse utilizamos o Referencial Curricular Indígena (RCNEI) (BRASIL, 1998) e a Referencial Curricular para a Educação Infantil RCNEI INFANTIL. V. 3 (BRASIL, 1998a); Sousa (2004). Para atingir nossos objetivos, estamos realizando uma pesquisa sociolinguística e etnográfica, colaborativa e crítica a partir das teorias de Ezpeleta e Rockwell (1989), Erickson (1984). Esta proposta é direcionada para alfabetização de crianças indígenas e faz parte de minha pesquisa de doutorado, a qual vem se realizando no âmbito das pesquisas do Laboratório de Línguas Indígenas – LALI, da Universidade Federal do Tocantins – UFT.

**Palavras-chave:** Alfabetização. Povos Indígenas. Letramento. Práticas de Ensino.

**Abstract:** This article aims to present a proposal for teaching oral and written language to first year students of elementary school in an indigenous school where children only learn Portuguese when they enter the school. To support the proposal, we use Albuquerque's studies in his bibliography as a whole. In addition to this we use the Indigenous Curricular Reference (RCNEI) (BRAZIL, 1998) and the Curriculum Reference for Early Childhood RCNEI INFANTIL. V. 3 (BRAZIL, 1998a); Sousa (2004). To achieve our goals, we are conducting a collaborative and critical sociolinguistic and ethnographic research from the theories of Ezpeleta and Rockwell (1989), Erickson (1984). This proposal is directed to the literacy of indigenous children and is part of my doctoral research, which has been carried out within the scope of researches of the Indigenous Languages Laboratory - LALI, Federal University of Tocantins - UFT.

**Keywords:** Literacy. Indian People. Literacy. Teaching Practices.

Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Letras: Ensino de Língua e Literatura – PPGL da Universidade Federal do Tocantins, câmpus de Araguaína-TO. Mestre em Letras: Ensino de Língua e Literatura – UFT (2017). Graduada em Pedagogia pela Faculdade Educacional da Lapa (2014). Atualmente é professora do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Tocantins-Unitins, câmpus de Araguatins. E-mail: simaramuniz@hotmail.com

Doutor em Letras pela Universidade Federal Fluminense – UFF. Professor Associado Nível I da Universidade Federal do Tocantins - UFT, câmpus de Araguaína-TO. Atualmente é Coordenador do Programa do Observatório da Educação UFT/CAPES/INEP, Edital 049/2012, Projeto 11395. E-mail: fedviges@uol.com.br

Pós-doutoranda na Universidade Federal do Tocantins-UFT pelo Programa de Pós-graduação em Letras: Ensino de Língua e de Literatura PPGL (2019). Doutora em Linguística pela Universidade de Brasília UnB (2015). Mestre em Letras: Ensino de Língua e de Literatura/PPGL (2011). Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Tocantins UFT (2009). É Professora Titular da Faculdade de Ciências do Tocantins-FACIT desde 2016. E-mail: sissialvesluladasilvadealmeida@gmail.com

\*Artigo vinculado ao Projeto de Doutorado "Bilinguismo Indígena no Tocantins: Das Concepções Teóricas às Práticas Cotidianas dos Povos Krahô e Apinajé", sob orientação do Prof. Dr. Francisco Edviges Albuquerque.

## Introdução

A alfabetização das crianças indígenas é um dos maiores desafios para os professores e professoras. Assim sendo, é importante que se dê mais atenção aos procedimentos didáticos e pedagógicos, o que requer um planejamento cuidadoso que deve ser priorizado pela escola.

Nesse sentido é fundamental que trabalhem em parceria, um professor(a) de língua portuguesa e outro (a) da língua materna das crianças. O planejamento deve levar em conta uma matéria de ensino que seja contextualizado com a comunidade a que se destina. Segundo Albuquerque (2012), e Almeida (2011) ensinar a ler e escrever em aldeias indígenas é uma tarefa que deve ser desenvolvida com muito empenho, considerando que existem povos em que as crianças falam em sua língua materna e só aprendem o português quando vão para a escola, como é o caso dos Apinajé do norte do estado do Tocantins.

O presente artigo tem como objetivo apresentar uma proposta de ensino de linguagem oral e escrita para alunos do primeiro ano do Ensino Fundamental de uma escola indígena em que as crianças só aprendem o português ao ingressar na escola. Como objetivo específico: Produzir situações didáticas e pedagógicas que oportunizem aos professores e alunos interagirem numa situação comunicativa a partir da oralidade e da escrita; Promover estratégias de leitura e de escrita já no primeiro dia de aula; Trabalhar a Sociolinguística (relação dos alunos com a linguagem falada e formas iniciais de escrita), relacionando os sons e as letras de forma contextualizada, abordando aspectos do alfabeto da língua portuguesa e da língua indígena; Trabalhar o lúdico no contexto alfabetizador.

Dentro desse quadro explicativo, acreditamos que se justifica plenamente a proposta que apresentamos para uma metodologia de ensino a partir da linguagem oral e de uma escrita contextualizada, para crianças do primeiro ano do Ensino Fundamental de uma escola indígena, que chega à sala de aula com conhecimentos prévios próprios de sua comunidade, e pouco ou nenhum conhecimento da língua portuguesa.

## Referencial Curricular para as Escolas Indígenas (RCNEI INDÍGENA) e o Ensino de Línguas na Escola

Em diferentes momentos Albuquerque (2011, 2012, 2013)<sup>1</sup> sustenta que a educação para as crianças indígenas tem se efetivado de forma insatisfatória. Dentre os motivos para que isso ocorra o autor apresenta o precário material didático e de apoio pedagógico.

Nesse sentido, é primordial que as escolas indígenas e seus(as) professores(as) promovam um planejamento que contemple atividades de leitura e escrita que possam dialogar tanto na língua indígena quanto em português. Outro fator fundamental é que se respeite o contexto e os saberes prévios que as crianças trazem, acumulados nos anos da infância vivida na aldeia.

Segundo Albuquerque (2012, p. 24), mesmo ante de a criança indígena chegar à escola ela já está em contato com um importante meio alfabetizador que é o ambiente em que vive, de diferentes modos, “ouvindo histórias de seu povo, caçando, pescando, fazendo artesanatos, confeccionando colares, interagindo com todos os membros da comunidade, bem como através das pinturas corporais, do repasse dos conhecimentos tradicionais, polos avós, mães e avós, assim como os aspectos históricos e linguísticos”.

Dessa forma, a ainda segundo esse autor, é importante que o ambiente alfabetizador seja o mais agradável possível, o material didático e de apoio pedagógico seja realmente um instrumento de aquisição de novos conhecimentos, e sendo assim a criança precisa se sentir acolhida, e ter sua percepção infantil respeitada, desde que nessa idade a criança tem um aguçado senso de observação, e sua curiosidade precisa não somente se despertada, mas considerada, o que a leva a perceber a importância da comunicação, seja oral ou escrita.

**a) A Língua Portuguesa na escola indígena:** Segundo o RCNEI (1998), aprender a usar adequadamente a Língua Portuguesa na escola é um dos meios de que dispõem as

<sup>1</sup> Destacamos que o contexto indígena em que o Professor Francisco Edviges Albuquerque trabalha é dos povos do Tocantins, em especial os Apinajé e os Krahô.

sociedades indígenas para interpretar e compreender as bases legais que orientam a vida no país, sobretudo no que diz respeito aos direitos dos povos indígenas.

Todos os documentos que regulam a vida da sociedade brasileira são escritos em português: as leis, principalmente a Constituição, os regulamentos, os documentos pessoais, os contratos, os títulos, os registros e os estatutos. Os alunos indígenas são cidadãos brasileiros e, como tais, têm o direito de conhecer esses documentos para poderem intervir, sempre que necessitarem, em qualquer esfera da vida social e política do país. As relações socioeconômicas têm revelado aos grupos indígenas a necessidade de aprender a língua majoritária do país (RCNEI, 1998, p, 121).

Ainda de acordo com esse documento, é primordial que os indígenas saibam a Língua Portuguesa, pois assim podem compreender as normas do País, as relações de trabalho, as regras de escoamento de produção e as negociações de forma geral, diminuindo, dessa maneira, o desequilíbrio que se verifica, nessas situações, pelo pouco domínio da Língua Portuguesa que é a língua oficial. E também porque o conhecimento dessa língua permite que as populações indígenas entendam como funciona a sociedade nacional e, ainda, que elas tenham acesso a informações e tecnologias variadas, como forma de inclusão social.

[...] a língua portuguesa pode ser, para os povos indígenas, um instrumento de defesa de seus direitos legais, econômicos e políticos; um meio para ampliar o seu conhecimento e o da humanidade; um recurso para serem reconhecidos e respeitados, nacional e internacionalmente, em suas diversidades, e um canal importante para se relacionarem entre si e para firmarem posições políticas comuns (BRASIL, 1998, p, 123).

Todavia, e ainda segundo o RCNEI (1998), no ensino da Língua Portuguesa em escolas indígenas deve-se considerar também a realidade sociolinguística vivida pelos povos indígenas no Brasil, uma vez que esta é uma língua que difere muito de aldeia a aldeia, devido à localização e à história de cada comunidade. Todavia, a situação predominante é aquela em que o aluno chega à escola sabendo falar apenas a língua indígena e o Português é uma segunda língua que deve ser introduzida no currículo. Porém, existem casos em que os alunos, embora falando apenas Português, entendem a língua tradicional de seu povo, porque convivem com pessoas mais velhas que ainda a falam.

Nesses casos, o português como primeira língua será a língua de instrução e disciplina curricular, mas é fundamental que se procure, dentro das possibilidades, criar condições para a retomada da língua indígena. Outra situação possível, embora muito mais rara, é aquela em que o português é a única língua usada na aldeia: é exclusivamente através da língua portuguesa que alguns povos indígenas elaboram e expressam hoje suas crenças religiosas específicas, sua cosmologia própria e seu modo de ser diferenciado. É importantíssimo entender que mesmo tendo perdido sua língua de origem, um povo pode continuar mantendo uma forte identidade étnica, uma forte identidade indígena (BRASIL, 1998, p, 123).

Como podemos concluir, o ensino da Língua Portuguesa é importante e as crianças indígenas devem começar sua aprendizagem ainda no primeiro ano do Ensino Fundamental. Contudo, é preciso levar em conta que normalmente essas crianças uma língua indígena, o que reque, no planejamento do ensino de línguas, adequação a uma didática que se realize mediante um material pedagógico adequado, e que esteja escrito na língua indígena e em Português.

**b) As Línguas Indígenas na escola:** Segundo o RCNEI (1998), a maioria dos povos indígenas brasileiros tem manifestado o interesse de incluir nos currículos de suas escolas além da língua falada na comunidade, outra língua indígena.

A inclusão de mais de uma língua indígena no currículo não só é possível, mas desejável, pois contribui para demonstrar claramente o pluralismo linguístico existente no país e para favorecer o estabelecimento de alianças interétnicas. É importante lembrar, entretanto, que as línguas indígenas não podem ser consideradas línguas estrangeiras. Elas são línguas nacionais, línguas brasileiras. A aprendizagem de línguas estrangeiras, por outro lado, quando desejada ou vista como necessária, é um direito das populações indígenas e, nesse caso, deverá fazer parte do currículo de suas escolas nas etapas finais do ensino fundamental (BRASIL, 1998, p. 124).

Contudo, é preciso levar em conta o fato de que alguns povos indígenas, por habitarem regiões de fronteiras, expressam o desejo de aprender espanhol, francês ou inglês, para que possam interagir com falantes dessas línguas. Sendo assim, há comunidades indígenas que reivindicam a inclusão de uma língua estrangeira em suas escolas, de modo a possibilitar a entrada dos alunos nas universidades brasileiras. Essas reivindicações são legítimas e devem ser consideradas no planejamento curricular (BRASIL, 1998).

**c) A oralidade e a escrita nas escolas indígenas:** Os alunos indígenas, segundo o RCNEI (BRASIL, 1998, p. 124-125), ao iniciarem sua vida escolar, já tem muito conhecimento sobre o uso oral de sua primeira língua, seja ela qual for, e sendo assim:

A experiência oral que a criança traz para a escola é a da conversação do dia-a-dia com as pessoas com as quais convive e com as quais compartilha referências culturais. Nessas situações, a compreensão se dá, geralmente, com muita facilidade, porque todos se conhecem e conhecem bem o assunto sobre o qual estão falando. Como as sociedades indígenas são sociedades pequenas, se comparadas com a sociedade majoritária, suas crianças aprenderão a usar oralmente as línguas indígenas, de forma adequada a todas as situações sociais, no próprio convívio diário: não há necessidade de nenhuma intervenção escolar nesse sentido. Na sociedade maior, de fala portuguesa, entretanto, há muitas situações, como por exemplo numa consulta médica, num cartório, numa repartição pública, em que as pessoas não se conhecem e não têm, necessariamente, as mesmas referências. É por isso que precisamos, nessas oportunidades, ser mais claros, expressar melhor nossas intenções, nossos pontos de vista e nossos argumentos, nossas dúvidas, nossos sentimentos (BRASIL, 1998, p. 124).

Nessa perspectiva, o RCNEI (BRASIL, 1998) estabelece que é papel da escola considerar as formas de expressão oral do aluno, tanto em sua língua materna quanto em Língua Portuguesa, favorecendo não somente a aprendizagem linguística, mas também a comunicação em novas situações.

Outra função da escola, segundo o RCNEI (BRASIL, 1998), é desenvolver nas crianças a competência necessária para que elas possam entender e falar sobre os novos conhecimentos próprios do sistema escolar.

Essa competência oral deverá ser desenvolvida inicialmente em língua indígena, se essa for a primeira língua dos alunos, ou, caso contrário, em língua portuguesa. Se a linguagem oral, em suas várias manifestações, faz parte do dia-a-dia de

quase todas as sociedades humanas, o mesmo não se pode dizer da linguagem escrita, porque as atividades de leitura e escrita podem, normalmente, ser exercidas apenas pelas pessoas que puderam frequentar a escola e nela encontraram condições favoráveis para perceber as importantes funções sociais das práticas de leitura e escrita. Deste modo, a escrita sempre serviu como instrumento de dominação, pois era vista como atividade que podia ser exercida apenas pelos membros privilegiados da sociedade, justamente por aqueles que, por pertencerem à elite econômica e social, eram também os únicos que tinham o direito de frequentar a escola. Não é por acaso que essas eram também as pessoas consideradas capazes, pela sociedade, de governá-la, de elaborar as leis a serem seguidas por todos, sem maiores discussões (BRASIL, 1998, p. 124-125).

Nessa perspectiva, a oralidade, aspecto próprio das sociedades indígenas, pode ser um instrumento de grande valor no planejamento e na aprendizagem linguística das crianças indígenas que ingressam no Ensino Fundamental.

### Referencial Curricular para a Educação Infantil (RCNEI INFANTIL)

O RCNEI para a Educação Infantil do MEC está distribuído em três volumes. No volume três traz instruções para alfabetização que podem ser de muita utilidade para o trabalho com crianças indígenas, notadamente em relação à **Linguagem Oral e Escrita** (BRASIL, 1998a, p. 117-157).

Tratando da Linguagem Oral e Escrita na Educação Infantil: ideias e práticas correntes, o RCNEI Infantil v. 3 apresenta **“A criança e a Linguagem”** (p. 117), abordando explicitamente o desenvolvimento da linguagem oral e escrita para crianças de até seis anos de idade, a partir seguintes **orientações didáticas**: Falar e escutar; Práticas de leitura; Práticas de escrita. **Orientações gerais para o professor**: Promover um ambiente alfabetizador; Organização do tempo. Como atividades permanentes o RCNEI Infantil v. 3 apresenta uma pedagogia mediante Projetos, trazendo uma sequência de atividades e também informando quais recursos didáticos devem ser utilizados. Orientam também sobre a observação em sala de aula, o registro das atividades e as formas de avaliação.

Todavia, todas as orientações do RCNEI Infantil, o qual foi idealizado para as escolas de alfabetização de crianças não indígenas, devem ser adaptadas pelas escolas indígenas, uma vez que todas as atividades precisam ser desenvolvidas de acordo com o contexto em que as crianças estão inseridas. Por isso é fundamental um planejamento criterioso das aulas, sempre sob o trabalho coordenado com um professor indígena que domine a língua materna das crianças, e outro não indígena que irá contribuir com as orientações em Língua Portuguesa.

A aprendizagem da linguagem oral e escrita é um dos elementos importantes para as crianças ampliarem suas possibilidades de inserção e de participação nas diversas práticas sociais. O trabalho com a linguagem se constitui um dos eixos básicos na educação infantil, dada sua importância para a formação do sujeito, para a interação com as outras pessoas, na orientação das ações das crianças, na construção de muitos conhecimentos e no desenvolvimento do pensamento. Aprender uma língua não é somente aprender as palavras, mas também os seus significados culturais, e, com eles, os modos pelos quais as pessoas do seu meio sociocultural entendem, interpretam e representam a realidade (BRASIL, 1998a, p. 117).

O RCNEI Infantil v. 3, recomenda ainda que a educação infantil, ao promover experiências significativas de aprendizagem da(s) língua(s), mediante trabalho com a linguagem oral e escrita, se apresenta como um dos espaços de ampliação das capacidades de comunicação e expressão

pelas crianças, ao mesmo tempo em que promove o acesso ao mundo letrado. Essa ampliação está relacionada ao desenvolvimento gradativo das capacidades associadas às quatro competências linguísticas básicas: falar, escutar, ler e escrever.

## **Alfabetização e Linguagem: Práticas de Linguagem Oral e Escrita para Inclusão de Alunos de 6 anos no Ensino Fundamental**

Outro material teórico que será muito útil nas práticas de oralidade e escrita na alfabetização de crianças indígenas é o da Professora Rosineide Magalhães de Sousa - Fascículo 2: Processos Iniciais de Leitura e Escrita (Secretaria de Educação Básica/MEC, 2004). Segundo a Professora Bárbara Hilda (2009), dentre todas as discussões pertinentes a respeito da temática, destaca-se a importância da obtenção dos códigos de leitura pelas crianças, mesmo aquelas que reconhecem a imagem, nome ou marca de algum produto e/ou embalagem e de se trabalhar o aspecto semântico das palavras desde o primeiro ciclo do ensino fundamental para que elas possam não só aprender a escrever a palavra, mas entender o contexto em que se encontra inserida:

Nesse sentido, o referido livro sugere que é tarefa do professor, promover atividades que relacionem fatos do cotidiano, como, por exemplo, contar histórias já conhecidas pela turma, atividade que estimula a organização e facilita a compreensão da sequência da escrita. Importante também é a forma como o livro trata do trabalho com gravuras, pois descrevê-las e identificá-las, criando livros ao final de um projeto ou de alguma atividade realizada pela turma é uma tarefa bastante proveitosa para as crianças. Ademais, o contato desde cedo com os livros desperta a percepção de fatos e possibilita recontar a história de outra forma. Ou seja, o professor deve ler muito para sua turma, reescrevendo as histórias, possibilitando a criação e a compreensão do funcionamento social da escrita, criando meios que favoreçam o desenvolvimento coletivo, reformulando métodos<sup>2</sup>

## **Metodologia**

Para que possamos alcançar os objetivos elencados, quais sejam: Produzir situações didáticas e pedagógicas que oportunizem aos professores e alunos interagirem numa situação comunicativa a partir da oralidade e da escrita; Promover estratégias de leitura e de escrita já no primeiro dia de aula; Trabalhar a Sociolinguística (relação dos alunos com a linguagem falada e formas iniciais de escrita), relacionando os sons e as letras de forma contextualizada, abordando aspectos do alfabeto da língua portuguesa e da língua indígena; e Trabalhar o lúdico no contexto alfabetizador, utilizará uma metodologia que priorizará uma “Pedagogia mediante Projetos”, conforme o RCNEI Infantil, v. 3 (BRASIL, 1998a).

Como sabemos, o que mais as crianças gostam de fazer é falar e brincar. Sendo assim, as atividades se efetivarão dentro e fora da sala de aula, priorizando o ambiente da aldeia, principalmente fora da escola, aspecto defendido por teóricos como de Piaget (1982) e Vigotsky (1984). Sendo assim, trabalharemos com projetos que tenham as crianças como atores e autores das atividades, a partir do que nos apresenta o RCNEI Infantil, v. 3 (BRASIL, 1998a).

Nessa perspectiva, O trabalho com a linguagem oral deve se orientar pelos seguintes pressupostos:

### **a) Escutar a fala das crianças**

i) Escutar a criança, dar atenção ao que ela fala, atribuir sentido, reconhecendo que quer dizer algo; responder ou comentar de forma coerente aquilo que a criança disse, para que ocorra uma interlocução real, não tomando a fala do ponto de vista normativo, julgando-a se está certa ou errada. Se não se entende ou não se dá importância ao que foi dito, a resposta oferecida pode ser incoerente com aquilo que a criança disse, podendo confundi-la. A resposta coerente estabelece uma ponte entre a fala do adulto e a da criança;

<sup>2</sup> Texto com modificações de autoria da Professora Bárbara Hilda: Atividades para desenvolver a leitura e a escrita na Educação Infantil, 30/06/2009. Disponível: <http://reconstruindoconhecimentos.blogspot.com.br>. Acesso 10-04-2019.



ii) Reconhecer o esforço da criança em compreender o que ouve (palavras, enunciados, textos) a partir do contexto comunicativo; integrar a fala da criança na prática pedagógica, ressignificando-a.

Segundo as orientações de uma Pedagogia de Projetos, planejaremos situações de comunicação que exijam diferentes graus de formalidade, como conversas, exposições orais, entrevistas e não só a reprodução de contextos comunicativos e informais. Dentre as orientações do RCNEI Infantil v. 3, utilizaremos em nossa metodologia, as seguintes:

Uso da linguagem oral para conversar, comunicar-se, relatar suas vivências e expressar desejos, vontades, necessidades e sentimentos, nas diversas situações de interação presentes no cotidiano. Participação em situações de leitura de diferentes gêneros feita pelos adultos, como contos, poemas, parlendas, trava-línguas etc. Participação em situações cotidianas nas quais se faz necessário o uso da leitura e da escrita. Observação e manuseio de materiais impressos, como livros, revistas, histórias em quadrinhos etc. (BRASIL, 1998a, p. 132).

Ainda segundo o RCNEI Infantil, v. 3 (BRASIL, 1998a), uma das formas de ampliar o universo discursivo das crianças é propiciar que elas conversem bastante, em situações organizadas com essa finalidade, como, por exemplo, rodas de conversa e brincadeiras de faz-de-conta. Organizaremos rodas de conversa nas quais alguns assuntos serão discutidos intencional e interacionalmente, como um projeto de construção de um cenário para brincar, passeios pela aldeia e a ilustração de um livro com histórias contadas pelas crianças.

Pode-se, também, conversar sobre assuntos diversos, como a discussão sobre um acontecimento recente com uma das crianças etc. Ademais, a roda de conversa é o momento privilegiado de diálogo e intercâmbio de ideias. Por meio desse exercício cotidiano as crianças podem ampliar suas capacidades comunicativas, como a fluência para falar, perguntar, expor seus pensamentos, dúvidas e descobertas, ampliar seu vocabulário e aprender a valorizar a convivência com as outras crianças como instância de troca e aprendizagem. A participação na roda permite que as crianças aprendam a olhar e a ouvir os amigos, trocando experiências. Pode-se, na roda, contar fatos às crianças, descrever ações e promover uma aproximação com aspectos mais formais da linguagem por meio de situações como ler e contar histórias, cantar ou entoar canções, declamar poesias, dizer parlendas, textos de brincadeiras infantis etc. (BRASIL, 1998a).

Dentre as estratégias, priorizaremos as seguintes: Elaboração de perguntas e respostas de acordo com os diversos contextos de que participa; Participação em situações que envolvem a necessidade de explicar e argumentar suas ideias e pontos de vista; Relato de experiências vividas e narração de fatos em sequência temporal e causal; Reconto de histórias conhecidas com aproximação às características da história original no que se refere à descrição de personagens, cenários e objetos, com ou sem a ajuda do professor (BRASIL, 1998a).

Realizaremos também apresentações ao vivo, quando as crianças recitarão textos memorizados, quando serão reproduzidos diferentes gêneros, como histórias, mitos, poesias, parlendas, dentre outros. Em todas essas situações será fundamental o envolvimento de pessoas da comunidade, que poderão enriquecer as atividades com o repertório próprio dos indígenas, contando lendas e mitos. Aqui será possível promover um intercâmbio intercultural, com crianças não indígenas e seus professores.

#### **b) O Desenvolvimento da linguagem oral: Leitura**

A partir de projetos, realizaremos sistematicamente práticas de leituras de interesse infantil, por exemplo, contando ou dramatizando histórias, para produzir a escrita que pode ser o desenho dos personagens das histórias, a resposta de perguntas sobre a leitura, respeitando o repertório da criança, que mesmo não sabendo decodificar o alfabeto, se expressa por meio de desenhos ou rabiscos. “A criança que ainda não sabe ler convencionalmente pode fazê-lo por meio da escuta da leitura do professor, ainda que não possa decifrar todas e cada uma das palavras. Ouvir um texto já é uma forma de leitura” (BRASIL, 1998a, p. 140). Entende-se que a criança é capaz de ler na medida em que a leitura é compreendida como um conjunto de ações que transcendem a

simples decodificação de letras e sílabas. Quando a criança consegue inferir o que está escrito em determinado texto a partir de indícios fornecidos pelo contexto, diz-se que ela está lendo.

**c) Conteúdos e competências a serem trabalhadas<sup>3</sup>**

- Contar acontecimentos e experiências pessoais;
- Compreender e saber recontar histórias e notícias narradas oralmente ou lidas;
- Dramatizar situações reais ou imaginadas;
- Descrever fatos, objetos, lugares, pessoas etc;
- Dar e compreender instruções;
- Pedir e dar esclarecimentos;
- Dar exemplos sobre os assuntos tratados;
- Explicar conceitos com as próprias palavras;
- Dar opinião sobre um assunto;
- Identificar a opinião do outro em relação a um assunto;
- Ler em voz alta textos curtos, previamente preparados.

**Aprender a interagir socialmente na segunda língua, isto é, aprender como:**

- Apresentar-se e apresentar outra pessoa;
- Cumprimentar e despedir-se;
- Dar, pedir e entender informações pessoais (onde mora, ida de preferências, situação familiar etc.);
- Dar, pedir e entender sugestões;
- Dar e pedir permissão;
- Convidar, aceitar e recusar um convite;
- Expressar, verbalmente, sentimentos e sensações (alegria, tristeza, dor, surpresa, indignação, raiva etc.).

**d) Desenvolvimento da linguagem escrita**

Em relação às práticas de escrita, procederemos a partir das seguintes orientações: Participação em situações cotidianas nas quais se faz necessário o uso da escrita; Escrita do próprio nome em situações em que isso é necessário; Produção de textos individuais e/ou coletivos ditados oralmente ao professor para diversos fins; Prática de escrita de próprio punho, utilizando o conhecimento de que dispõe, no momento, sobre o sistema de escrita em língua materna; Respeito pela produção própria e alheia.

Na sala de aula, as crianças podem aprender a escrever produzindo oralmente textos junto com o professor. A criança também aprende a escrever, fazendo-o da forma como sabe, escrevendo de próprio punho. O trabalho com produção de textos será uma prática continuada, na qual as crianças reproduzirão contextos de seus cotidianos, que tenham sentido para elas. Buscaremos a maior similaridade possível com as práticas de uso social, como escrever para não esquecer alguma informação, escrever e enviar uma mensagem a um destinatário ausente, escrever para que a mensagem atinja um grande número de pessoas, escrever para identificar um objeto, etc.

Segundo o RCNEI, v. 3, o tratamento que se dá à escrita na escola de educação infantil, pode ter como base a oralidade para ensinar a linguagem que se usa para escrever. Ditar um texto para o professor escrever é uma forma de viabilizar a produção de textos antes de as crianças saberem grafá-los. É em atividades desse tipo que elas começam a participar de um processo de produção de texto escrito, construindo conhecimento sobre essa linguagem, antes mesmo que saibam escrever autonomamente.

Trabalharemos também atividades conjuntas de escrita a criança em que ela possa aprender a: repetir palavras ou expressões literais do texto original; controlar o ritmo do que está sendo ditado, quando a fala se ajusta ao tempo da escrita; diferenciar as atividades de contar uma história,



por exemplo, da atividade de ditá-la, percebendo, portanto, que não se diz as mesmas coisas nem da mesma forma quando se fala e quando se escreve; retomar o texto escrito pelo professor, a fim de saber o que já está escrito e o que ainda falta escrever; realizar várias versões do texto que está sendo trabalhado, produzindo alterações que podem afetar tanto o conteúdo como a forma em que foi escrito.

Nas atividades de escrita, parte-se do pressuposto que as crianças se apropriam dos conteúdos, transformando-os em conhecimento próprio em situações de uso, quando têm problemas a resolver e precisam colocar em jogo tudo o que sabem para fazer o melhor que podem. Além disso, as crianças que não sabem escrever de forma convencional, ao iniciarem tal atividade, estão diante de uma verdadeira situação-problema, na qual se pode observar o desenvolvimento do seu processo de aprendizagem. Tal prática deve favorecer a construção de escritas de acordo com as ideias construídas pelas crianças e promover a busca de informações específicas de que necessitem, tanto nos textos disponíveis como recorrendo a informantes (outras crianças e o professor) (BRASIL, 1998a).

Todavia, o fato de as escritas não convencionais serem aceitas não significa ausência de intervenção pedagógica. Antes, é preciso esclarecer que o conhecimento sobre a natureza e o funcionamento do sistema de escrita precisa ser construído pelas crianças com a ajuda do professor. Para que isso aconteça, consideramos primordial levar em conta as ideias das crianças ao planejar e orientar as atividades didáticas com o objetivo de desencadear e apoiar as suas ações, estabelecendo um diálogo com elas e fazendo-as avançar nos seus conhecimentos. Ademais, as crianças podem saber de cor os textos que serão escritos, como, por exemplo, uma parlenda, uma poesia ou uma letra de música. Nessas atividades, as crianças precisam pensar sobre quantas e quais letras colocar para escrever o texto, usar o conhecimento disponível sobre o sistema de escrita, buscar material escrito que possa ajudar a decidir como grafar etc.

Com efeito, a partir do momento em que a criança começa a interessar-se pela leitura e/ou pela escrita, ela já estará lidando com textos. A criança já poderá demonstrar a intenção de ler um texto mesmo antes de conhecer o valor de cada letra. Isso acontece, por exemplo, quando, diante de um texto escrito, ela começa a “lê-lo” em voz alta, criando um texto que imagina possa estar escrito naquele papel. Ela também pode manifestar a intenção de escrever textos antes de dominar o sistema de escrita. Já será um texto de sua autoria, por exemplo, algum relato breve que ela pede para o professor ou para algum adulto escrever por ela. Da mesma forma, já pode constituir um texto algum relato ou descrição que a criança, em sua fase inicial de aquisição de escrita, representa por meio de um desenho, ao qual associa alguma(s) palavra(s) escrita(s). É por esse motivo que o desenho livre deve ser muito explorado em sala de aula (BRASIL, 1998).

#### **e) Conteúdos e competências a serem trabalhadas<sup>4</sup>**

Entender como e por que surgiu a escrita nas sociedades humanas.

- Compreender as funções sociais da escrita em épocas e sociedades diferentes;
- Entender que existem diferentes tipos de escrita (escrita pictográfica, escrita ideográfica, escrita alfabética, etc.);
- Conhecer as diferentes grafias das letras (letra de forma, letra cursiva, letra maiúscula, letra minúscula);
- Conhecer o sentido e posicionamento da escrita na página (escrever da esquerda para a direita, de cima para baixo; respeitar pautas e margens; posicionar adequadamente títulos, subtítulos, tópicos etc. na página).

**A leitura e a produção de textos:** Listas - Identificar e consultar listas compreendendo seus critérios de organização e as abreviaturas nelas encontradas. Escrever diferentes tipos de listas obedecendo a um critério de ordenação. Instruções • Identificar as partes de materiais escritos que contêm conteúdos de instruções, compreendendo sua organização interna: títulos, subtítulos, ingredientes ou componentes, modo de preparo ou de uso, precauções, funções de ilustrações e fotografias, etc. Escrever instruções simples (como preparar um alimento, como fazer uma peça de artesanato.).

4 RECENER Indígena (BRASIL, 1998, pg. 33-34).

### Atividades simples seguindo instruções escritas:

- Ler e elaborar regulamentos simples;
- Identificar e consultar listas compreendendo seus critérios de organização e as abreviaturas nelas encontradas;
- Escrever diferentes tipos de listas obedecendo a um critério de ordenação;
- Identificar as partes de materiais escritos que contêm conteúdo de instruções, compreendendo sua organização interna: títulos, subtítulos, ingredientes ou componentes, modo de preparo ou de uso, precauções, funções de ilustrações etc.

**Avaliação:** Esta se efetivará processualmente. Ao final de cada aula será realizado um diagnóstico da aprendizagem das crianças. Seguindo os critérios próprios para esse tipo de avaliação, com ênfase em desenhos e textos livres.

### Considerações

Nesse artigo trouxemos os resultados parciais de um projeto de pesquisa maior para a elaboração de uma pesquisa de doutoramento.

Considerando que a pesquisa está em sua fase inicial, só foi possível apresentar informações teóricas, quando delineamos o pensamento de autores que servirão como fundamentação para discutir os dados finais da pesquisa.

O presente artigo apresentou uma proposta de ensino de linguagem oral e escrita para alunos do primeiro ano do Ensino Fundamental de uma escola indígena em que as crianças só aprendem o português ao ingressar na escola. Na proposta é considerado a Interculturalidade, a Educação Bilíngue e o Bilinguismo como práticas educativas viáveis a partir da situação sociolinguística das comunidades indígenas.

Dessa forma, ao final e com os resultados, esperamos não somente contribuir com as discussões sobre o Bilinguismo das comunidades indígenas do Tocantins, mas também acenar com estratégias para o fortalecimento da educação escolar indígena, colaborando para a promoção de uma ação educativa que contemple interesses, anseios e necessidades dos povos indígenas do Estado Tocantins, sobretudo o ensino de suas respectivas línguas nativas nas escolas das aldeias no mesmo patamar de importância da Língua Portuguesa.

### Referências

ALBUQUERQUE, Francisco Edviges. A Educação Escolar Apinayé na Perspectiva Bilíngue e Intercultural. **Projeto de Pesquisa do Observatório da Educação Indígena Apinayé**. CAPES/UFT. 2010.

\_\_\_\_\_, Francisco Edviges. A Educação Escolar Apinayé na Perspectiva Bilíngue e Intercultural. **Projeto de Pesquisa do Observatório da Educação Indígena Krahô**. CAPES/UFT. 2013.

\_\_\_\_\_, Francisco Edviges; Ana Rosa Salvador Apinayé; Maria Célia Dias de Sousa Apinayé. O Ensino de Língua Materna nas Escolas Apinayé de Mariazinha e São José. In: **Educação escolar indígena e diversidade cultural** / Francisco Edviges Albuquerque; Severina Alves de Almeida, organizadores. – Goiânia: Ed. América, 2012. 369 p.: 22 cm.

ALMEIDA, Severina Alves de. **A Educação Escolar Apinayé na Perspectiva Bilíngue e Intercultural: Um Estudo Sociolinguístico das Aldeias São José e Mariazinha**. Dissertação de Mestrado. UFT - Universidade Federal do Tocantins. Araguaína: 2011. Disponível: [www.uft.edu.br/letras](http://www.uft.edu.br/letras).

BRASIL. **Referencial curricular nacional para as escolas indígenas** / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. - Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. **Referencial curricular nacional para a educação infantil** / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998a. 3v.: il.

HILDA, Bárbara. **Atividades para desenvolver a leitura e a escrita na Educação Infantil**. 30/06/2009. Disponível: <http://reconstruindoconhecimentos.blogspot.com.br>.

MUNIZ, Simara de Sousa. **Educação escolar indígena no estado do Tocantins**: uma trajetória histórica do curso de capacitação ao curso de formação do magistério indígena. Dissertação (Mestrado em Ensino de Língua e Literatura) do Programa de Pós Graduação em Letras: Ensino de Língua e Literatura – PPGL da Universidade Federal do Tocantins, campus de Araguaína-TO, 2017.

PIAGET, Jean. **O Nascimento da Inteligência na Criança**. 4.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

VYGOTSKY, Lev. **Pensamento e Linguagem**. Edição eletrônica: Ed Ridendo Castigat Mores. 1984.

Recebido em 2 de agosto de 2019.  
Aceito em 4 de setembro de 2019.